

MÍDIAS E EDUCAÇÃO



Tony Labanca*

Reconhecem-se aqui como mídias todos os recursos tecnológicos — hardware, software, som, televisão, cinema, celular, palm, tablets... — capazes de promover uma interação social, ora como instrumento direto de socialização, ora como propulsor de interação. Em todo o Brasil, as salas de aula que dispõem de recursos para a utilização desses instrumentos são poucas e, geralmente, reduzidas aos grandes centros urbanos. O uso das mídias como ferramentas tecnológicas, mesmo na segunda década do milênio, ainda não é tarefa tão natural quanto deveria e, mais do que a decisão de aceitá-las como parte de um processo e fazê-las funcionar, está a delicada e difícil tarefa de reeducação docente para a compreensão da inserção dessas mídias como mais um instrumento no processo educativo.

Se, por um lado, em alguns casos faltam os recursos para a utilização desses meios tecnológicos, do outro faltam perspectivas pedagógicas de compreensão e aceitação por parte dos docentes, no sentido de que essas ferramentas não dissonam dos propósitos específicos do ensino — otimização da leitura e da escrita, e ainda ir ao encontro de seu propósito fundamental, no caso, a socialização.

Essa partição entre leitura e tecnologias midiáticas precisa ser urgen-

temente colocada em discussão. Há muito, a ideia do livro como único “ordenador do conhecimento”, como preconizava Martín Barbero, já está ultrapassada. É preciso se convencer de que a inserção das mídias em sala de aula não veio para substituir nenhum outro recurso; pelo contrário, elas estão como a soma de mais um possível instrumento (no caso, recurso tecnológico) para a compreensão e interação com o mundo.

Néstor Canclini acredita que “(...) a convergência digital está articulando uma integração multimídia que permite ver, ouvir, no celular, no palm ou no iphone, áudio, imagens, textos escritos e transmissão de dados, tirar fotos e fazer vídeos, guardá-los, comunicar-se com outras pessoas e receber as novidades em um instante. Nem os hábitos atuais dos leitores-espectadores-internautas, nem a fusão de mensagem permitem agora conceber como ilhas isoladas os textos, as imagens e sua digitalização.”

A convergência digital a que se refere o autor recai na aceitação de que esse é um recurso que vai além do modismo. O uso de diferentes mídias tecnológicas em sala de aula já é uma realidade. A discussão, entretanto, não está na questão do uso educativo ou não dessas infinitas fontes de informação de todo o mundo, e sim na regulação delas. Como orientar

e oferecer condições verdadeiras para o desenvolvimento do projeto pedagógico de um professor diante de tantas opções nem sempre confiáveis? E mais: como separar o espetáculo e a forte indústria cultural rasa dos objetos desejosos da ciência na lida escolar?

A grande oferta de materiais midiáticos disseminados pelas ferramentas tecnológicas — filmes, textos, imagens, música... — é motivadora, por um lado, mas, por essência, tais ferramentas não oferecem critérios para selecionar e hierarquizar sua relevância. Como se sabe, nem sempre é possível alargar os critérios de segregação da boa e má informação para o uso em sala de aula, e os riscos pedagógicos de se fazer uso de algo não apropriado são grandes. Para fazer essa distinção, é necessário o olhar de um profissional consciente, que faz conexões entre as mídias virtuais e as não virtuais, por isso a importância de um Portal a exemplo.

Volto a citar Canclini, que questiona: “escolas e universidades renovadas, com professores treinados nas novas linguagens e habilidades, ajudariam a discernir o valor da informação e dos espetáculos, passar da conectividade indistinta ao pensamento crítico?”

Pensando nisso, governo e sociedade têm testado formas de solucio-

nar esse problema, não só abrindo discussões valoradas no uso de instrumentos tecnológicos na formação discente, como também atuando na contribuição sistemática de planos pedagógicos que orientem professores na escolha adequada das informações trazidas pelas mídias.

Por parte do governo, há sites ligados ao Ministério da Educação que oferecem diferentes tipos de aula para diversos assuntos, com a inserção de recursos tecnológicos já previamente escolhidos. Tal como o governo, há, cada vez mais, empresas que estão se especializando nessa prática: propor diferentes aulas e recursos pedagógicos midiáticos para ofertar ao professor uma prática mais sólida. Essas propostas não têm como objetivo demarcar territórios de atuação, tampouco fechar planos de aula. Elas vêm como sugestões. Nenhuma delas tira a atuação do profissional humano e sua mediação em sala.

O objetivo principal é facilitar o trabalho, sugerindo links, músicas, filmes, textos e imagens já selecionados e escolhidos com critérios de cada segmento, com fins de orientar um trabalho pedagógico mais profícuo em sua aferição de verdade.

É pensando nessas novas formas de se construir a rotina pedagógica, em sala de aula, diante não só desses novos tempos, como dessas novas gerações, que já nasceram numa interação web e com um @ no sobrenome, que se faz urgente a mudança de paradigmas. ■

*Professor, especialista em Leitura e Produção de Texto e mestre em Enunciação e Processos Discursivos (Linguística)

www.educarbrasil.org.br

